

Imigrantes e Minorias Étnicas

I SESSÃO

Miguel Ponces de Carvalho

Foi com o maior prazer que aceitei o convite para presidir à primeira sessão deste Seminário sobre Educação Intercultural e Cidadania organizado por duas instituições que tanto prezo, o ACIME (Gabinete do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas) e o Conselho Nacional de Educação, à frente das quais se encontram pessoas de competência e empenhamento por todos reconhecidos, o Dr. José Leitão e a Professora Teresa Ambrósio, às quais de resto me ligam antigos e profundos laços de amizade.

Presidir a uma sessão em que intervém o Alto Comissário e que será comentada pelo Prof. Doutor Luís Moita, torna a minha tarefa fácil, o que também me levou a aceitá-la com prontidão.

No entanto, o principal motivo desta aceitação é a consciência de que aqui represento o Entreculturas, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, organismo do Ministério da Educação que há mais de nove anos se tem dedicado a promover as múltiplas e complexas dimensões da educação intercultural. Numa altura em que aqui e além parece ignorar-se a existência e o trabalho do Entreculturas, é-me grato poder referir-me a ele em poucas palavras.

O Secretariado Entreculturas surgiu há quase 10 anos. Foi uma resposta inovadora aos desafios demográficos e culturais surgidos pela evolução da sociedade e da escola em Portugal.

Inovadora porque o Secretariado foi criado como um pequeno grupo, transversal a todo o Ministério, a quem cabia não só prevenir e impedir os surtos de xenofobia, racismo e segregações étnicas e culturais que apareciam e aparecem nas escolas e na sociedade portuguesa, como também dinamizar todo o potencial resultante do encontro de culturas tão diferentes nas escolas e nos bairros.

O trabalho desenvolvido justificou e justifica ainda a sua existência. Muito pode fazer a educação intercultural para que a educação ajude a fazer das crianças, adolescentes e jovens cidadãos empenhados e

responsáveis. Esta é a tarefa que cabe ao Secretariado: promover, animar, coordenar. Com a colaboração de todos os intervenientes no processo educativo, aqui estamos ao serviço das nossas escolas e dos nossos alunos que queremos ajudar a crescer como cidadãos de uma sociedade democrática e, por isso mesmo, intercultural, respeitadora e promotora do ambiente em que vivemos.

Que lógica está subjacente a este Seminário? Como desejaríamos que o assunto fosse tratado?

Teresa Ambrósio

Mobilidade, diversidade, minorias

Partimos da constatação de que existem hoje no nosso país muitas escolas que reflectem bem os problemas migratórios nacionais e internacionais que se têm vindo a acelerar nos últimos anos. Encontramos hoje, sobretudo nas periferias das grandes cidades, escolas dos vários níveis com grande número de alunos com culturas, língua, religiões, comportamentos e valores sociais muito diversos.

Aos responsáveis políticos e aos educadores, professores dessas escolas cuja situações são também muito diversas, com características bem definidas localmente mas heterogéneas, põe-se a questão de “o que fazer”, como enfrentar no dia-a-dia os problemas escolares, educativos, de relação escola/comunidade, escolas/outras instituições sociais, que daí advêm.

São nítidas situações multiculturais, em que quase sempre os grupos minoritários, mas por vezes também maioritários em termos de percentagem de alunos, são também de origem socio-económica desfavorecida.

São situações de confronto multicultural que, no nosso país como aliás por toda a Europa, se estão intensificando, resultantes da mobilidade para procura de emprego, de condições de sobrevivência, do mercado de trabalho, dos processos de globalização que estamos enfrentando.

Não são situações novas estas resultantes das migrações internas ou externas, se pensarmos no que aconteceu em outras épocas históricas. Mas são situações diferentes com novas problemáticas.

Do nosso país falar-nos-á de seguida o Senhor Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

Mas outros países há e recorde, por exemplo, o caso de Espanha, em que nos nossos dias há mais Espanhóis que saem do que pessoas que entram as fronteiras, e são muitas (de acordo com estudos do próprio Consejo Escolar del Estado).

Com o esforço de promoção do acesso de todos os jovens à escola, a extensão das acções de Educação/Formação Profissional a todos os que dela necessitam em termos de emprego, qualificação profissional ou inserção social, as situações de confronto multicultural encontram-se um pouco por todos os espaços educativos que se multiplicam para lá da escola: centros de formação, de inserção social, associações locais, de cultura, de lazer, de tempos livres, de desporto, etc.

Mas são sobretudo, as escolas, e as escolas públicas, que se encontram a braços com problemas acrescidos, em virtude de os seus modelos e normas escolares estabelecidos ou mesmo com o grau de autonomia e liberdade que possuem hoje, responder adequadamente.

Reconhecer estas situações de multiculturalidade e orientar as escolas, os centros de formação, os espaços educativos diversos para que neles se proceda a um processo e a uma dinâmica educativa verdadeiramente intercultural, é o desafio que nos ocupa aqui.

Quando no pensamento educativo actual, de democracias que se desejam avançadas no sentido de responderem à realidade socio-económica e tecnológica actual – a Sociedade da Informação, do Conhecimento, Sociedade Pós-Moderna – como queiram designar – mas ao mundo de hoje, para uma educação global da pessoa, de cada indivíduo, e não apenas para a sua instrução, qualificação, socialização, faz sentido neste contexto falar das relações entre Educação Intercultural e Educação para a Cidadania. E os desafios que a multiculturalidade nos põe tornam-se oportunidades de novas actuações mais consentâneas com os objectivos últimos da Educação que desejamos alcançar. Isto é, as situações de multiculturalidade são ocasiões para, a partir dos problemas, dos confrontos e até dos conflitos que criam, empreender inovações nos conteúdos, métodos educativos, reorganização escolar, de forma a que, a partir dela, se possa construir a cidadania, se possa promover os cidadãos dos nossos dias, isto é, pessoas que compreendam a realidade movente

que as envolve mas que possuam a capacidade, as capacidades diversas, de participar activamente e durante toda a vida de maior qualidade humana, de maior justiça, de maior solidariedade. Construindo, aqui, agora, em conjunto, novas realidades sociais, nacionais ou de âmbito geográfico mais amplo, favorecendo a coesão social e lutando contra a fragmentação social. A questão fundamental é, pois, a de saber como podem as escolas, suas práticas, estratégias, projectos educativos, e como podem as orientações e medidas de política, estimular e favorecer a construção da cidadania. Não apenas transmitir o conhecimento dos direitos e deveres fundamentais de cada cidadão, mas desenvolver sentimentos de pertença, de identidade a vários níveis que promovam aspirações e comportamentos sociais que favoreçam a coesão, a segurança, o desenvolvimento, a paz, com justiça e solidariedade.

Se esta questão interroga pertinentemente a Política Educativa portuguesa e as nossas práticas escolares, mesmo nas escolas culturalmente homogéneas – e seria interessante analisar como e porquê elas existem – estas questões colocam-se igualmente no âmbito de construção do Projecto Político e Social Europeu, em definição, e na convergência das Políticas de Educação das várias nações da União Europeia. Porque, havemos de reconhecer, a diversidade cultural europeia, acrescida da diversidade cultural dos povos que a procuram (e de que a Europa precisa por causa da sua economia), patenteia as assimetrias sociais, culturais e de nível de qualidade de vida que haverá que enfrentar, para alcançar o que alguns chamam de Cidadania Europeia – isto é, um sentimento de pertença, de identidade supranacional e comunitária, local e regional que dê sentido e suporte ao pleno exercício da cidadania – participante e responsável – de cada europeu de direitos assumidos na construção e desenvolvimento colectivo do Projecto Político Europeu.

A nova cidadania e as novas exigências educativas interculturais

Permitam-me que me debruce, sem prejuízo do que os nossos convidados mais especialistas do que eu vos apresentem seguidamente sobre a mudança de conceitos, prefiro dizer de quadros de referência teóricos e mentais, de paradigmas com que nos deparamos actualmente nestas áreas:

A Cidadania, nas suas diferentes dimensões de direitos, deveres, responsabilidades, tornou-se nos nossos dias, como o foi na época das revoluções republicanas, um desafio insistente, estimulante, nos nossos países democráticos. Direi mesmo que é um conceito de cidadania republicano que é o pilar filosófico fundamental dos sistemas escolares públicos que criámos nos nossos países durante estes últimos séculos. E, por isso, a Cidadania é também a questão fundamental quando tentamos fazer convergir ao nível da Europa, através da cooperação, as Políticas de Educação e Formação. Mobilidade de estudantes e de professores, certificação de qualificação, *curriculum* de competências básicas, processos de aprendizagem de línguas, ligação digital entre escolas, etc. são meios, recursos, que deverão ser bem orientados e rentabilizados com vista a objectivos finais, metas de outro nível político que são referências da nossa acção. O mesmo evidentemente para o caso nacional.

Nas sociedades de hoje, no contexto de intensa troca de informação (mesmo que não saíamos das nossas fronteiras ou casas), de mudança profunda das estruturas sociais, de incerteza, o conceito de Cidadania, ou o estatuto de cidadão nas suas dimensões jurídicas e políticas de elo de relação social entre as pessoas, confronta-se com a multiplicidade de culturas, valores, comportamentos individuais ou de grupos, cuja existência já não se confina a espaços de fronteiras limitados, de nações históricas, sujeitas a Estados de direito precisos.

Só a Educação/Formação contínua, ao longo da vida, de forma a dar a cada um os conhecimentos, o entendimento, as competências para o exercício de uma nova cidadania numa democracia moderna, consegue fazer face às mudanças.

É a dignidade de cada indivíduo, a sua liberdade mas também a sua vontade e responsabilidade de participar na vida colectiva, que é o objectivo, a meta fundamental das Políticas de Educação e de Formação, quaisquer que sejam o sistema e os modelos organizacionais em que assentam, para lá da perspectiva mais ou menos liberal da formação de Recursos Humanos e de democratização do acesso para todos à Educação.

Deixemos para outros o aprofundamento dos vários conceitos das Ciências Políticas que têm vindo a definir novos contornos da Modernidade Política e da evolução das instituições em que assenta a ordem e a legitimidade jurídica e política (Habermas).

Deixemos esses debates extremamente necessários e estimulantes da filosofia política sobre os direitos políticos, económicos, sociais, de liberdade e de reivindicação e das relações entre si.

Mas tentemos retirar deles os elementos de análise para as nossas políticas e práticas educativas, de forma a avaliarmos como contribuímos, através da Educação, para a afirmação da igualdade de direitos cívicos, políticos, sociais e culturais de cada indivíduo.

A Cidadania não se ensina só como conhecimento que se transmite e reproduz. Não é apenas um estatuto, mas um processo de construção pessoal e colectivo assente na actividade da educação ao longo da vida. É uma construção histórica do próprio indivíduo e da sociedade.

A forma como realizamos a Educação para a Cidadania, neste sentido, é um dos marcos referenciais, um dos indicadores de avaliação da qualidade das nossas Políticas Educativas e dos nossos Sistemas escolares nesta Sociedade do Conhecimento e da Globalização, como o foram em décadas anteriores a comparação dos modelos organizacionais e de acesso e sucesso do ensino.

A Educação Intercultural em contextos multiculturais é, julgamos, uma boa perspectiva de abordagem da Educação para a Cidadania.

Por isso, analisarmos os princípios, os meios, os métodos e as práticas que utilizamos e oferecê-los ao debate aberto e esclarecido, à partilha de experiências, pode ser um contributo útil e positivo.

Educação Intercultural em espaços formais ou não formais de escolaridade é o que encontramos um pouco por todo o lado e justo é dizer que, se encontramos mais experiências, encontramos também imensas soluções interessantes, inovadoras, dinâmicas locais.

E é na Escola, da pré-primária ao ensino superior, que os indivíduos, todos eles, independentemente de raça, género, cultura, devem encontrar os meios necessários para aprenderem concretamente a exercer os seus direitos e deveres e desenvolverem a parcela pessoal de responsabilidade social.

É este, fundamentalmente, aliás, o papel da Escola directamente organizada pelo Estado ou controlada por este, porque a escola continua a ser a instituição de formação para a Cidadania por excelência e deve dar a todos as capacidades necessárias para participar realmente na vida pública.

É a ideologia da “Escola Republicana” e das consequências daí derivadas para os princípios constitucionais portugueses, expressos nos artigos 73º e 74º da nossa Constituição, em que se garante a todos, não apenas a igualdade de oportunidades de acesso mas de sucesso, isto é, a garantia da igualdade de resultados – o que justifica constitucionalmente os princípios da Educação compensatória, inclusiva, promotora da mobilidade social e não apenas a escola meritocrática.

A Educação para a Cidadania, a Educação intercultural, não é apenas pois uma questão de pedagogia prática, de empiricismo, de boa vontade, mas obriga ao debate sobre as várias correntes da filosofia e da política educativa em que assentam, muitas vezes inconscientemente, as nossas práticas quotidianas. Exige, além disso, um trabalho de reflexividade – tal como se tem vindo a fazer em inúmeros encontros promovidos pelo Secretariado Entreculturas e outros, que tenha em conta os contextos e problemas reais, concretos, locais, resultantes nomeadamente do confronto multicultural e multiétnico.

Todos nós, não duvidamos, sobretudo em Portugal, estamos cheios de boa vontade, de boas intenções de desenvolver e praticar através das escolas a tolerância, a aceitação da situação de viver, trabalhar lado a lado com pessoas que não pensam como nós, que têm origens socio-culturais diferentes, que não sentem como eu e que eu respeito, superando conflitos. São resultado de comportamentos cívicos e democráticos.

É a tolerância um comportamento típico do discurso e da vivência que julgo hoje insuficiente porque ele pressupõe também que os centros de poder são inamovíveis e as estruturas sociais são estáveis.

Para lá da tolerância básica, cívica e democrática, a educação intercultural pede o reconhecimento (Banks) da multiculturalidade, o que pressupõe partir do conhecimento da diversidade cultural e do reconhecimento de que numa diversidade há riquezas potenciais para, a partir delas, criar algo colectivamente novo. Aprender pelo confronto, não apenas a sobreviver em tolerância uns com os outros, mas a sobreviver diferentemente com maior qualidade de relação enfrentando e resolvendo os conflitos reais com justiça e solidariedade. Isto é, viver em multiculturalidade exercendo a Cidadania. Quando falamos de reconhecimento da diversidade de culturas, falamos em muitos outros problemas acrescidos que as escolas devem enfrentar: formação de professores, organização curricular, língua, organização escolar e pedagógica, metodologias assentes em diversos modelos, territorialização de gestão, etc.

Conclusão

Não ignoramos os contornos utópicos desta nossa reflexão. O que desejaríamos é não esconder a realidade com propósitos messiânicos, mas sim tornar a nossa reflexão sobre a realidade um exercício de realismo utópico. Até onde poderemos ir, cientes de que podemos ir juntos muito mais além e que é possível, pelo debate construtivo, transportar para as práticas, para a intervenção educativa, objectivos que hoje não podemos já rejeitar porque aceites pela nossa consciência de educadores responsáveis.

A Educação Escolar para todos é um processo, igualmente para todos, de desenvolvimento da pessoa e de construção da sua identidade, como cidadão de aqui e de agora mas também como responsável e participante no desenvolvimento humano da sociedade, da democracia participativa, na solidariedade.

Imigrantes e minorias étnicas: Enquadramento comunitário e programas nacionais

José Leitão

O art. 149º do Tratado da Comunidade Europeia define a base do enquadramento comunitário da educação, ao estabelecer que:

“A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade incentivando a cooperação entre Estados - membros e, se necessário, apoiando e completando a sua acção respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados - membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística”.

Isto não significa que não se reconheça a necessidade de uma dimensão europeia na educação.

O próprio Tratado fala em “desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados - membros.”

A Presidência Portuguesa procurou valorizar a dimensão europeia na área da educação, quer através da partilha de boas práticas educativas, quer na análise de propostas a apresentar pela Comissão.

O objectivo é criar uma verdadeira Sociedade da Aprendizagem e do Conhecimento.

A Presidência Portuguesa deu prioridade ao desenvolvimento dos novos procedimentos para a cooperação europeia na área da educação e da formação, com destaque para o papel da educação e da formação nas políticas de emprego, o desenvolvimento da qualidade da educação e da formação e promoção da mobilidade, incluindo o reconhecimento de qualificações e de períodos de estudo.

O Conselho Europeu da Feira, como se sabe, definiu metas a alcançar:

“- assegurar um aumento anual substancial do investimento per capita em recursos humanos; o número de jovens da faixa etária dos 18 – 24 anos que apenas têm estudos secundários de nível inferior e que não estão a prosseguir os estudos ou a formação deverá ser reduzido para metade até 2010, - as escolas e os centros de formação, todos eles ligados à Internet, deverão ser transformados em centros locais de aprendizagem polivalentes, acessíveis a todos, utilizando os métodos mais apropriados para abordar um vasto leque de grupos - alvo; deverão ser criadas parcerias de aprendizagem entre escolas, centros de formação, firmas unidades de investigação para o seu benefício mútuo; as novas competências básicas, que serão proporcionadas através da aprendizagem ao longo da vida, deverão ser definidas num quadro europeu; competências em TI, línguas estrangeiras, cultura tecnológica, espírito empresarial e aptidões sociais; deverá ser criado um diploma europeu de competências básicas em TI, com procedimentos descentralizados de certificação, a fim de promover a literacia digital em toda a União”.

É importante não esquecer o contributo que vários programas comunitários como o *Sócrates*, o *Leonardo* e o *Juventude* já deram e continuarão a dar à concretização destes objectivos.

Merece também referência a iniciativa *e-Learning* que visa a promoção das tecnologias da informação na educação e formação.

Estes programas, como em meu entender todos os programas comunitários em matéria de educação e formação profissional, devem ter como alvo todos os cidadãos, incluindo os chamados cidadãos de países terceiros ou os considerados como integrando “minorias étnicas”. O *Sócrates* e o *Leonardo* dirigem-se aos residentes e vários projectos têm sido concebidos e executados por associações ligadas a imigrantes ou a minorias étnicas.

Como tem sido sublinhado pela Comissária Madame Viviane Reding, responsável pela Educação e Cultura, “há dois desafios a que os nossos sistemas educativos têm de responder: assegurar a qualidade da educação e manter um nível de coesão social elevada. Os nossos sistemas

educativos estão com efeito confrontados com o imperativo de conciliar o objectivo de assegurar *standards* de qualidade elevados, com a vontade política de democratizar o acesso ao ensino”.

A Direcção Geral do Emprego e Assuntos Sociais, tem, além disso, subvencionado projectos que visam promover a integração dos migrantes e da sua família, melhorar a situação política, económica, social e cultural dos imigrantes, melhorar os contactos entre os migrantes e as instituições em geral, facilitar o início de uma nova vida para os refugiados e outros migrantes, melhorar a auto-estima e a tomada e consciência de si dos imigrantes, criar uma imagem mais exacta dos imigrantes.

Durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, foi dado mais um passo em frente na concretização de uma parte do novo art. 13º (cláusula geral anti-discriminação) aditada ao Tratado que constitui a Comunidade Europeia. Foi aprovada uma directiva que tem por objectivo a realização, nos Estados-membros, do princípio da igualdade de tratamento entre todas as pessoas sem distinção de “raça” ou origem étnica. Entre as áreas em que se aplica, considerou-se inicialmente a educação, incluindo subsídios e bolsas de estudo, no pleno respeito da responsabilidade dos Estados-membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como da respectiva diversidade cultural e linguística. O consenso necessário à aprovação da directiva levou a que ficasse apenas uma referência genérica “à educação”.

A nossa preocupação com o assegurar de uma educação inclusiva como via para uma sociedade inclusiva, não pode ignorar o problema que se coloca em muitos Estados-membros da União Europeia pela existência de inúmeras crianças que se encontram em situação irregular. Nesta matéria, não podemos ignorar que, em conformidade com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e com a legislação internacional, especialmente com o artigo 2.º da Convenção relativa aos Direitos da Criança, todas as crianças, incluindo os filhos de requerentes de asilo e de imigrantes ilegais, têm direito a uma escolaridade básica como o reconhece a Resolução do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-membros reunidos no Conselho, de 23 de Outubro de 1995, sob resposta de sistemas educativos aos problemas.

A nível nacional também têm sido desenvolvidos vários programas e projectos que têm procurado contribuir ou para mobilizar as competências culturais plurais existentes nas escolas ou para promover mais e melhor sucesso educativo, de que é justo referir em primeiro lugar o Secretariado para os Programas de Educação Multicultural-Entreculturas, que para além de ter tido um projecto de educação intercultural, que foi concretizado em várias escolas, é responsável pela produção de um significativo conjunto de publicações e materiais pedagógicos e por inúmeras acções de formação que procuraram reforçar as competências dos professores para a intervenção nesta área.

Para além das boas práticas a nível nacional, que irão ser analisadas e discutidas no III Painel e sobre as quais, por isso mesmo, me não irei pronunciar, gostaria de referir, a título exemplificativo, o Projecto “Pelas Minorias” integrado no *Programa Cidades Digitais*, bem como a um conjunto de iniciativas que tiveram como destinatários, de forma prioritária ou exclusiva, os cidadãos portugueses ciganos.

No caso do projecto “Pelas Minorias” os objectivos são:

Combate à info-exclusão;

Acesso de grupos desfavorecidos às tecnologias de informação e de conhecimento;

Aprendizagem e valorização escolar e profissional, integração social de populações em risco de exclusão;

Reforço da identidade cultural e perspectivas de vida das populações alvo;

Integração numa sociedade de informação aberta e pluralista.

Este projecto tem por base um protocolo celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, o ACIME, Associações de Imigrantes e Câmaras Municipais.

Está em curso a candidatura à segunda fase do Projecto, onde as Associações da primeira, agora constituídas em Consórcio, estabelecerão parcerias com outras entidades directamente relacionadas com Imigrantes e Minorias Étnicas.

Esta segunda fase será objecto de um novo protocolo a estabelecer entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, o ACIME, as Autarquias e todas as outras entidades envolvidas.

Alarga-se assim o leque aos diversos sectores da sociedade promovendo uma cooperação mais participada e envolvente na integração.

É mais um contributo para que esta área da população não seja excluída da construção em curso, de uma sociedade do conhecimento e da informação que sendo necessariamente múltipla, envolve, horizontalmente, a totalidade dos sectores.

No que se refere aos cidadãos portugueses ciganos, tal como se referiu no Relatório elaborado em 1997, pelo Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos, estes foram vítimas de um “processo de exclusão secular”, tendo sido, desde logo, definidos alguns aspectos a ter em conta em matéria da educação e formação profissional.

Foram igualmente identificados aspectos comuns à generalidade das crianças, como a necessidade da frequência do ensino pré - escolar, para que as crianças ciganas cheguem mais desenvolvidas às escolas do ensino básico, até aspectos específicos como a necessidade de mediadores ciganos a nível da escola e do diálogo com as famílias ciganas para assegurar maior sucesso educativo e menor taxa de abandono.

Em matéria de formação profissional, se houve uma maior preocupação em divulgar junto destes concidadãos os programas existentes em matéria de emprego e formação profissional, por exemplo através do protocolo entre o ACIME e o IEFM, houve também a possibilidade, nomeadamente, no quadro da Iniciativa Operacional Integrar - Medida 4, de associações proporem cursos particularmente destinados a cidadãos portugueses ciganos.

Refira a título de boas práticas, a formação organizada pela Oficina Romani e que permitiu a produção de guitarras ou o curso organizado pelo CEFEM que permitiu a formação das primeiras mediadoras socio-culturais ciganas e que esteve na origem da primeira associação de mulheres ciganas em Portugal.

Gostaria de sublinhar que os exemplos que referi são apenas alguns dos muitos exemplos de boas práticas que se tem vindo a produzir, nomeadamente, a nível das escolas e tenho insistido, em diversas oportunidades, na necessidade de promover uma identificação dessas práticas, com espírito aberto à diversidade das entidades promotoras e das metodologias seguidas de forma a poderem ser partilhadas, quer a nível nacional, quer a nível europeu. Esta partilha de boas práticas educativas é, aliás, um caminho fundamental para aprofundar a dimensão europeia da educação.

Contudo, a realidade é também marcada por insucesso e abandono escolar precoce, que, mesmo estando a diminuir, continua a marcar muitos jovens, em grande número filhos de imigrantes ou, por exemplo, jovens portugueses ciganos, mas também outros jovens portugueses de zonas rurais do interior.

Ora, considero que o desafio que nos está colocado deve ser enunciado nestes termos.

Todas as crianças e adultos devem ter o direito de aceder à Sociedade de Aprendizagem, de Informação e de Conhecimento, em igualdade de oportunidades.

A sociedade é implacavelmente excludente de quem não adquirir as competências necessárias para assegurar a sua empregabilidade.

Muitos jovens e adultos para além de viverem situações de exclusão social, experimentam uma dificuldade de viver a sua herança cultural “considerada minoritária no quadro das sociedades, em que estão inseridos”.

Julgo que as respostas a construir têm uma dimensão territorial local e daí, a meu ver, a correcta instituição da criação dos currículos alternativos, a definição de territórios educativos de intervenção prioritária, mas tem de assentar também na construção de projectos escolares que respondam às características sociais e culturais dos jovens e estimularem a cooperação, a solidariedade e o diálogo intercultural, sem abdicar de se preocuparem com a criação de condições para a

empregabilidade dos jovens que terminaram a escolaridade obrigatória e não pretendem prosseguir de imediato os estudos.

Vale a pena ter presente o que afirmava na já citada Resolução sobre a resposta dos sistemas educativos aos problemas do racismo e da xenofobia: *“(...) as escolas por si só não podem resolver todos os problemas e, por conseguinte, seria vantajoso incentivar a cooperação entre as escolas e o meio circundante. Os estabelecimentos de ensino, e especialmente as escolas, poderão promover associações com os representantes dos pais, professores e alunos, reforçando assim a qualidade do ensino e permitindo às escolas serem um ponto de encontro de famílias de diversas origens”*.

Não podemos ignorar que a sociedade europeia atravessa um período acelerado de mutação cultural, em que a inovação e conhecimento desenham contornos do que será a sociedade e economia no futuro e na qual as novas tecnologias de informação têm um papel central.

Temos que construir uma sociedade inclusiva, que abranja os denominados cidadãos dos países terceiros e as denominadas minorias étnicas, valorizando os seus saberes, mas simultaneamente criando uma sociedade coesa e plural, através do diálogo intercultural, onde todos possam aceder à inovação e ao conhecimento.

Muito obrigado.

Luís Moita

Tenho a desagradável sensação de vir intervir para pessoas que, seguramente, sabem mais acerca do tema do que eu. Digo isto sem qualquer falsa modéstia, mas a verdade é que, vendo as vossas caras, não tenho dúvidas a esse respeito. Se aceitei intervir, foi pelo grande respeito pelas pessoas e pelas instituições que organizam este dia de trabalho.

Vou trazer, portanto, um contributo bastante desprezioso, em coerência com o papel que me foi reservado, o de comentador da importante intervenção do Dr. José Leitão. Pois que ele tem um grande conhecimento da realidade, tocou aqui nas questões estratégicas e programáticas, nos projectos que estão a avançar em muitos dos terrenos concretos. Portanto, eu permito-me colocar apenas duas ou três reflexões complementares, quem sabe se úteis, mas que têm a ver com as actuais transformações por que estão a passar as nossas sociedades europeias a este respeito, à volta dos temas que aqui nos ocupam. De maneira sintética, para recapitular factos conhecidos: estas nossas sociedades estão confrontadas com duas transições de envergadura.

Primeira, depois de durante séculos ter a experiência de grande expansão demográfica e de povoamento de outros continentes, a Europa está de algum modo a sofrer o processo inverso. Os europeus povoaram todas as Américas de cima a baixo (aliás, dizimando metodicamente os naturais desses continentes), povoaram outro continente inteiro que é o da Oceania, Austrália e Nova Zelândia, povoaram vastas regiões das Áfricas, enfim expandiram-se demograficamente por meio mundo, no período do seu grande domínio imperial. Tiveram, é certo, mais recentemente, movimentos e processos de migrações internas, digamos assim, a partir dos países das periferias europeias para os centros mais prósperos: turcos, gregos, espanhóis, portugueses, italianos do sul, deslocaram-se para as regiões industrializadas do centro da Europa. Mas agora, pela primeira vez na história recente, as nossas sociedades europeias estão confrontadas com esta raridade de já não estarem em expansão demográfica e de constituírem espaços de povoamento de populações de continentes distantes, ao receberem – em quantidades

ainda proporcionalmente reduzidas mas apesar de tudo significativas – massas migrantes oriundas de outras periferias mais longínquas. Trata-se pois de uma transição traumática e problemática.

O segundo aspecto desta transição é vivido como uma profunda contradição para a qual ainda não se encontrou uma saída, nem se achou uma solução satisfatória do ponto de vista das políticas e das práticas sociais. E essa contradição formula-se de maneira tão simples como isto: a Europa, em processo de envelhecimento, precisa absolutamente dos imigrantes e, todavia, condena muitos deles à situação de ilegalidade e de clandestinidade. Esta questão está longe de se perceber como pode ser resolvida. Às vezes é preciso soarem campainhas de alarme, como quando dezenas de chineses são mortos por asfixia num contentor, num camião Tir, às portas de um porto inglês. Mas os sinais, estes sinais, estavam há muito tempo presentes em vários países europeus.

Há pouco, o Dr. José Leitão fez referência às terminologias. A esse respeito lembro que há já bastantes anos atrás, numa cidade do norte de Itália, pessoas minhas conhecidas diziam: "nós vivemos num bairro que é predominantemente extra-comunitário". Para mim foi a primeira vez que ouvi essa expressão; uma pessoa de repente percebe que existe uma nova definição de "estrangeiros", que delimita agora uma nova fronteira de cidadania. Como quem diz: "há os meus compatriotas comunitários e os meus novos estrangeiros extra-comunitários". Expressões como estas têm raízes antigas no modo como os grupos humanos se demarcam dos estranhos, dos diferentes, mas esta designação de "extra-comunitários", enfim, é certamente problemática e porventura inquietante nos seus próprios contornos.

Alguns outros sinais de alarme estavam a ser dados. Lembremo-nos de que, há um largo par de anos já, talvez no mês de Agosto, ficámos chocados com aquela notícia de, numa praia da Holanda, uma série de banhistas assistirem indiferentes ao afogamento de uma criança marroquina. Não houve nenhum holandês que a fosse salvar, quando estava ao seu alcance fazê-lo. Olhavam com desdém e diziam entre dentes: "é menos uma". Incomodaram-se com o ruído e protestaram quando veio o carro dos bombeiros para retirar o cadáver. Recordo que, na altura, isto para mim foi um grande sinal de alarme. A Holanda? A

Holanda, meus amigos, a sociedade altamente civilizada, é nela que se começam a verificar sintomas deste género! Isto obriga-nos a rever o nosso próprio conceito de civilização, porque quando se perdem instintos básicos, como sejam o da protecção de uma criança que está a afogar-se, algo de muito grave se está a passar connosco. Sinais de alarme deste género existem de maneira dispersa.

De que modo é que este tipo de problemas nos vai afectar também, em Portugal? Porque até agora, nestas nossas Europas, dito assim intencionalmente no plural, como aliás pelo mundo fora, a nossa sociabilidade, os nossos vínculos de grupos humanos estavam assentes em coisas como o território, ou o sangue, ou a língua e, de repente, estamos a sentir a necessidade de reconstruir sociedades onde a solidariedade inter-humana prevalece sobre esses antiquíssimos vínculos territoriais, étnicos, culturais...

Enfim, com estes meus vícios de professor universitário, não me coíbo de trazer à reflexão um conceito sobre o qual ultimamente tenho andado a trabalhar um pouco. É um conceito interessante que alguns analistas usam para a construção da Europa, por exemplo, e que é o conceito de “democracia cosmopolita”. Tem acontecido em diversas situações verificarmos a existência de democracias, digamos, selectivas (e agora a palavra é minha). Um caso típico, um caso limite, e felizmente superado, foi o da África do Sul, no tempo do *apartheid*. Era um regime supostamente democrático, tinha o seu parlamento, tinha as suas eleições, só que selectivas, eram para a minoria branca e dominadora. Ainda hoje Israel é uma democracia selectiva, já que a fronteira da mesma coincide com o mundo judaico, com a realidade étnico-religiosa hebraica que está do Estado de Israel.

De uma forma ou de outra, as nossas democracias têm vastas áreas de selectividade, mas as sociedades começam a ser plurais ou, se quiserem, a ser cosmopolitas, no sentido de que as nossas cidades são cosmos, pequenos universos múltiplos e plurais. Portanto, como é que vamos realizar democracias cosmopolitas e não selectivas? Provavelmente, dito de maneira diferente, toca no que há pouco invocava a Prof.^a Teresa Ambrósio ao falar da questão da cidadania e dos novos conceitos de cidadania.

Proceder a essa transição (eliminar a exclusão e desenvolver democracias cosmopolitas) envolve seguramente uma grande pluralidade de actores sociais e de níveis de centros de decisão. Não pensemos que é uma questão que se possa reservar apenas aos agentes políticos, ou apenas à escola, ou apenas aos média, ou apenas aos poderes locais. Tem que haver aí uma grande convergência de actores sociais, locais, regionais, nacionais e mesmo supranacionais.

Vou pedir-vos desculpa para agora comentar uma coisa que disse o Dr. José Leitão lá dentro, antes de começarmos a sessão. Estivemos ali em conversa e ele referiu a importância que tem para diversas minorias étnicas o papel das comunidades evangélicas, como factor de estabelecimento de um novo quadro de valores. Como tenho um grande interesse por essas coisas (espero que de maneira saudável...), associei o que ele disse ao pensamento de um autor que me influenciou muito, de modo que não resisto à tentação de trazer para aqui esse contributo. Trata-se do filósofo francês muito conhecido, Paul Ricoeur, um homem provindo do protestantismo francês (o qual – não sei se todos têm consciência disso – produziu personalidades importantes na história actual da França e das actuais elites francesas, incluindo primeiros ministros). Ricoeur portanto é protestante, tem uma visão cristã muito profunda da vida. Recordo um seu texto já de décadas, talvez de há quarenta anos, e vou pedir-vos licença para contar um pouco o que é que ele diz comentando a parábola do bom samaritano (a propósito agora das comunidades evangélicas). Diz ele: o fariseu pergunta a Cristo: quem é o meu próximo? Face ao imperativo de amar o próximo pregado por Jesus Cristo pergunta quem é o meu próximo? O fariseu, bem coerente com a sua mentalidade, está a fazer um inquérito sociológico, está a procurar uma fronteira, uma delimitação. Quem é o meu próximo? Que gente é essa? Ricoeur chama a atenção para o que muitas vezes acontece nos diálogos do Evangelho, Cristo inverte a lógica do discurso, responde à pergunta com outra pergunta e conta uma história para fazer essa pergunta. Está um desgraçado abandonado no meio do caminho, penso que toda a gente conhece essa história e que não vale a pena recapitulá-la, e passa um sacerdote que não liga, passa um levita que não liga... até que há um samaritano, ou seja um estrangeiro, que vai lá apoiar o desgraçado que tinha sido agredido e que estava abandonado à beira da estrada, e que o trata, que o cura, que o leva... Depois perguntou Cristo

ao fariseu: mas então agora responda lá você, quem é o próximo? A resposta é óbvia: o samaritano. Simplesmente, ele não era o próximo, ele era estrangeiro, não tinha obrigação nenhuma de tratar daquele desgraçado, mas ele comportou-se como próximo, o próximo é um comportamento em primeira pessoa. Ricoeur então diz - usando termos eruditos – que a noção do próximo não é uma noção “topográfica” mas é “pneumática”. Topográfico tem a ver com o lugar que ocupo, com a tal geografia da proximidade. O próximo não é uma noção topográfica, é uma noção pneumática. Sabem que *pneuma*, em grego, significa espírito, sopro, ímpeto. A conclusão de Ricoeur é que eu não tenho próximo, eu faço-me o próximo de alguém. Daí que todo o homem seja virtualmente o meu próximo. Isto é um dos mais importantes fundamentos do universalismo.

E já agora que estou a falar em grande parte para educadores, este mesmo Ricoeur, num outro texto, transmite-nos um entendimento do que é formação para os valores. Citando-o de novo de uma forma um pouco erudita, de que peço desculpa, ele diz que os valores não se dão à consciência contemplativa, só se dão à consciência militante. Como quem diz: só apreendemos estas coisas quando lutamos por elas. A formação a respeito destes valores não se obtém por transmissão de uma bagagem, no sentido estático de uma suposta transmissão de conhecimentos, a frio, contemplativamente, estaticamente. A formação que a escola, os agentes culturais ou os poderes políticos, enfim, todos esses actores devem fazer relativamente ao quadro de valores, põe-se à prova nas práticas efectivas, no calor dos conflitos, na militância, diz ele.

Noutra passagem, Ricoeur explicita: eu só apreendo os valores quando os cavalgo, quando sou o seu cavaleiro, não é quando estou estaticamente num processo de aprendizagem de mera transmissão oral. Ou seja, é a quente nas lutas do quotidiano que estas coisas se vão apanhando. Daí a importância, em todos os aspectos, do que o Dr. José Leitão aqui sublinhou, de ser através das questões tão concretas como a da infoexclusão e da iliteracia cibernética, da questão da escola compensatória de que falava a Professora Teresa Ambrósio, contra a meritocracia. É nesses terrenos concretos que se põe à prova, conflitualmente, a capacidade das nossas sociedades para fazer essas transições.

Eu bem vos dizia que pouco ia adiantar, mas deixo-vos estas reflexões.

Miguel Ponces de Carvalho

Quer o Dr. José Leitão, quer agora o Prof. Luís Moita, lançaram-nos desafios, e devo dizer-lhes aqui que vêm ao encontro de uma reflexão que tenho feito há relativamente pouco tempo e que escrevi num artigo que será publicado muito brevemente na Communio. Para mim, esta parábola do bom samaritano é paradigma da atitude intercultural. Um outro aspecto, também, é que o sujeito passa a ser o outro, não o fariseu, não o próprio Cristo, mas o outro é que é o sujeito. Isto tem muito a ver também com uma atitude intercultural, tem a ver, no fundo, com a nossa problemática.

Mas então está aberto o debate, fazem o favor de se inscrever.

Não sei se todos conhecem as personalidades presentes, pelo que agradeço que digam o nome.

Debate

José Salgado Sampaio - Eu acho que o Prof. Luís Moita começou com uma intervenção que considero extremamente polémica. Ele disse que na assistência havia pessoas que dominavam muito melhor a questão do que ele próprio. Eu agora vou fazer aqui uma afirmação que não é polémica. Há aqui uma pessoa que domina muito pior esses problemas do que a maioria dos assistentes. Essa pessoa sou eu, e fiquei extremamente impressionado, de maneira positiva, com a qualidade da intervenção que correspondia à minha expectativa.

Eu ouvi ontem uma senhora qualquer na televisão a dizer que a sociedade portuguesa estava toda representada num jantar, em que cada pessoa tinha de pagar 50 contos. Estava toda a sociedade portuguesa representada, e este aspecto selectivo, acho eu, não justifica, pelo contrário, impõe uma posição para se criarem verdadeiras democracias, ou seja democracia não selectiva.

Quanto ao problema do multiculturalismo em Portugal, acho que não haja às vezes uma compreensão perfeita, há escolas em que se desenvolve uma acção notável nesse sentido. A existência de grupos étnicos diferenciados reforça a necessidade de uma acção escolar multiculturalista.

Também há outro aspecto que é um pouco polémico: este multiculturalismo não assume uma forma passiva porque tem que haver um esforço para integração em sociedades, que, bem ou mal se consideram mais evoluídas. O multiculturalismo manifesta-se principalmente nas escolas da periferia na sociedade portuguesa, onde existem, de uma maneira muito acentuada, alunos de frequência social muito diferenciada. Não é por acaso que, por exemplo, em estudos que se fizeram e depois deixaram de se fazer, se verificava que o aproveitamento e acesso escolares eram resultado do grupo social de

origem. O multiculturalismo terá qualquer coisa de universal que supera diferenças étnicas. E fico por aqui.

Obrigado por ter abusado da vossa paciência.

Fernando Regateiro - Durante esta sessão, quer já na abertura com a Senhora Prof. Doutora Teresa Ambrósio, quer com as intervenções dos excelentíssimos palestrantes, Dr. José Leitão e Prof. Luís Moita, esteve sempre a bailar na minha memória, uma citação de Saint Exupéry quando diz que, “si je differs de toi, loin de te léser, je t’augmente”. Na verdade, esta forma de olhar para o “outro” traduz tolerância e sobretudo respeito, implica que o tomemos como espelho para a nossa própria identificação. Aliás, a identificação do “eu” não é uma auto-identificação através do próprio, mas através do “outro”. Só depois virá a nossa identificação.

Na perspectiva de Saint Exupéry, não devemos “olhar” para a democracia para perguntar apenas “o que é que a democracia tem para me dar?” Mas é assim que a olhamos, já que tem para nos dar a liberdade sob as formas social, económica e política, etc., etc. E quando temos tudo isso, ainda assim continuamos à procura, através de processos democráticos mais ou menos selectivos, do que é que ela tem para nos dar como grupo e que nos diferencie dos outros, promovendo, de facto, o nosso bem estar colectivo.

Mas, a democracia é muito mais exigente do que isso. Como estamos a ver aqui, a pergunta a fazer numa sociedade democrática deverá ser “o que é que eu ainda tenho para dar?” e não pensar apenas no receber. Se fizermos esta pergunta, facilmente chegamos à necessidade da educação inclusiva. Desta forma, vendo-nos reflectidos no “outro”, mais facilmente consideraremos o valor da educação e promoveremos a educação como um processo de inclusão.

É óbvio que isto é doloroso, porque implica dar, implica cedência, implica algum sacrifício, porque é um atentar contra o nosso “ego” ou mesmo contra a nossa figura de elite, mas é a verdade. Ou o fazemos, ou assumimos esta dor, este processo doloroso e partimos para uma

educação inclusiva, para uma sociedade inclusiva, ou então juntamo-nos àqueles para quem apenas a ideia de investimento e o lucro contam.

Em relação aos últimos, vejo uma forma de os convencer a ir ao encontro do “outro” e que é a seguinte: se não promovermos a inclusão, mesmo dos “ilegais”, estamos a “fazer” marginais, estamos a “fazer” anti-sociais, estamos a engrossar as falanges do crime que irão atentar contra a paz deste grupo social bem estabelecido e bem protegido pelas forças policiais (que, já se vê e se verá cada vez mais que não são muito eficazes na luta contra o crime). De facto, sob esta forma egoísta e sob este aspecto de investimento no futuro, no nosso bem estar e na nossa paz, por ironia da razão e de uma forma enviesada, talvez possamos também promover a educação e a sociedade inclusiva.

Catalina Pestana - Sou Directora do Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, o que é, nesta fase da minha vida, um pretexto como noutros momentos existiram outros – a droga, a educação para a saúde, e muitos outros – para trabalhar com minorias, não só étnicas, mas também as minorias dos lusos brancos que rejeitam e são rejeitados pela escola ainda nalguns aspectos massificada (não é a escola democrática para pessoas diferentes) que nós temos ainda pelo país fora. Gostava portanto de trazer a esta mesa de reflexão, os trinta mil alunos que abandonam todos os anos o sistema educativo português sem concluir a escolaridade obrigatória e protegê-los sob a capa militante daqueles que lutam pelas minorias. Porque eles também são minorias, minoria residual para o Ministério da Educação, que tem dois milhões de alunos, mas que são, para quem trabalha na solidariedade ou na rede social de apoio, ou de luta contra a exclusão, o nosso público alvo, são o universo da população para a qual trabalho. E quando tento, como outros, nas escolas, nas associações, no Alto Comissariado por aí fora, criando redes que dêem suporte às nossas diversas minorias, vêm-me alguns problemas à cabeça.

Para não fugir ao rol dos brilhantes interventores, também ando à volta com dois conceitos novos, que habitualmente não são utilizados, nem em intervenção social, nem em educação, e que ligo directamente a estas

questões : são o conceito de dignidade, por um lado, e o conceito da humildade dos técnicos, por outro. Eu estou preocupada com este “ataque” tão profundo do bem fazer, que deu a todos nós, um “ataque” de bem fazer, no pressuposto de que somos donos do modelos de bem estar de toda a gente e consideramos que o que aprendemos na Faculdade, meia dúzia de teorias, que dizem como é que se vive bem, e depois temos a ousadia, como eu ouvi há pouco tempo numa magna assembleia deste tipo, um conjunto de jovens profissionais das Ciências Humanas, da Sociologia, da Psicologia, etc., quando faziam a síntese dos seminários que tinham sido de dia e meio, a pretexto da aplicação das duas novas leis, da lei tutelar de menores e da lei de protecção de menores, afirmar nas conclusões dos vários seminários: “depois os técnicos reúnem e definem o projecto de vida da criança”.

Eu tenho provavelmente mau feitio, muita gente o diz e deve ser verdade. Apesar disso eu pensei que estava a ouvir mal, primeiro, da segunda vez pensei que estava a perceber mal, e da terceira vez eu já não podia ter dúvidas: “os técnicos reúnem e definem o projecto de vida da criança”. Às vezes dão-me ataques de adolescência, tive uma adolescência deliciosa, e tenho memória dela e disse: “eu estou provavelmente velha e desactualizada, mas se eu fosse adolescente e estivesse aqui sentada, enchia os bolsos de bolegos (bolegos são pedras no Alentejo), e agarrava numa fiska e começava a fazer pontaria às vossas cabeças”. Porque, de facto, ninguém, nem os pais, têm o direito de definir o projecto de vida dos filhos, quanto mais alguém que entra às nove e sai às cinco, e se dá ao direito de dizer que acolhe uma criança num centro de emergência ou num lar, ou num internato, e depois se junta à volta de uma mesa e define o projecto de vida de cada um.

Em relação aos grupos a que nós chamamos de minorias e que às vezes não são tão minorias como isso tudo, pelo menos como foi dito e muito bem, nalgumas escolas portuguesas as minorias são os lusos brancos. De vez em quando, com um desejo muito profundo de ajudar, cometemos “pecados mortais”!

Para me manter dentro da linha de reflexão, que vinha sendo seguida sobre a dignidade e a humildade, porque a “minha” escola, a escola que eu tenho para oferecer às crianças que nasceram no meu país, é o que

pode ser, vai fazendo um grande esforço, mas não é boa, caso contrário não “expulsava” trinta mil todos os anos (e já foram noventa mil).

Nós temos uma grande dificuldade em saber ouvir, porque como consideramos ter a verdade toda para ensinar, nós somos, como naquela expressão que o Prof. Luís Moita utilizou dos seus amigos italianos, os ditos *comunitários* a acolher os *extra-comunitários* fraternalisticamente. Eu tomei nota, os *extra-comunitários*, quase extraterrestres, percebem? Voltamos outra vez ao tempo anterior a Galileu em que a Europa era o centro do mundo, e Deus Nosso Senhor tinha poisado aqui. Por acaso, outro dia em Genève, também havia um companheiro da América Latina, na OIT, que me dizia: pois é, Deus está em toda a parte, só que vive na Europa.

Nós, os *comunitários*, num tempo em que naturalmente as fronteiras se vão esbatendo, e onde está a acontecer um fenómeno para o qual nós não estamos preparados, que são os novos emigrantes. Nós aqui, nomeadamente em Portugal, fomos um país de emigração, agora somos um país de acolhimento de emigrantes, em primeiro lugar africanos dos países lusófonos, e agora, de outros países da Europa. Estamos a receber gente que vem dos países de Leste e gente que vem com uma formação escolar e tecnológica muito superior à maioria da população portuguesa, professores de físico-química a fazer as noites em lares de idosos ou médicos a dar serventia a pedreiros.

Repensar a forma de acolhimento às novas minorias, como às anteriores, é tarefa urgente. Para a levar a bom termo é necessário ter como pressuposto a dignidade da pessoa humana, seja qual for a cor da sua pele ou a língua em que comunica, e a humildade de saber que não estamos aqui só para dar, mas em igualdade de circunstâncias para receber da riqueza desse mundo de culturas diferentes.

Fernando Regateiro - Há, no movimento associativo dos pais, uma clara representação que parte de eleições universais e de uma cultura de participação. Por vezes, o número de participantes nas assembleias eleitorais é reduzido. Mas, na verdade, há uma representação piramidal

que parte das bases e as bases são os encarregados de educação. Posso esclarecer melhor esta ideia no intervalo que se segue.

José Leitão - Agradeço muito as intervenções que foram feitas. Não tenho propriamente questões a contestar. Eu julgo que, nomeadamente, tenho que estar naturalmente de acordo e agradecer as palavras do Luís Moita. Também nada tenho a dizer contra o que disse a Catalina Pestana. Aliás, só há uma coisa que eu contesto: é que me chamem luso nas classificações, porque não consegui nunca averiguar isso e tenho como muito duvidoso que mereça rigorosamente o qualificativo.

Acho que uma das primeiras questões da humildade nestas matérias é nós termos a percepção de que isto são tudo conceitos inadequados e aproximativos, porque o que realmente me irrita também, às vezes, é o carácter excessivamente empolado e doutrinário com que estes conceitos são utilizados. E refiro-me à generalidade dos conceitos que eu próprio usei aqui e que eu vejo servir de base, usados como se fossem a ciência única e certa sobre estas matérias, ou pelo menos politicamente correcta, e efectivamente eu, na falta de melhor, podem-me qualificar como cidadão português, por consequência, pelo menos na fase actual, sou cidadão europeu, sou cidadão lusófono, na medida em que há um estatuto que me abrange também. Mas minoria étnica, só se for dos beirões, mas depois aí também há *nuances*, não levamos isso muito longe. Isto é para dizer também que nestas matérias não vale a pena por vezes ofendermo-nos por não usarmos todos as mesmas terminologias, porque não é assim tão grave. Isto são aproximações, digamos assim. Eu realmente chamei-lhes jovens portuguesas das zonas rurais, não são só das zonas rurais, mas também são, a pensar lá nos daquela região onde fui eleito deputado, mas não são só esses naturalmente.

Por outro lado, há um problema também em que as questões são muito pertinentes, as questões colocadas pela D. Olga. Nós tentaremos neste novo ciclo do Governo continuar a colaborar e a ver como ajudar a resolver esse problema e estamos disponíveis. É muito importante para nós que tenha sucesso, não só essa vossa Associação, como também de outras Associações aqui presentes e que têm manifestado a preocupação

em ter mediadores noutras zonas do país, por exemplo na zona centro. Pela nossa parte continuaremos a fazer pressão nesse sentido, e temos esperanças de que realmente daí venha a resultar alguma coisa. A questão que pôs do vosso projecto concreto, gostaríamos, pois, de analisar, porque me parece importante.

A título mais genérico, só queria dizer o seguinte: aqui o Luís Moita tentou o exercício, que eu penso importante, que é tentar encontrar, digamos, a partir da parábola e portanto de uma tradição judaica, que é uma das tradições construtivas da cultura europeia e de várias culturas que se geraram a partir da cultura europeia, tentar encontrar um fundamento, para o respeito pela dignidade de todos, e que aqui foi referido.

Eu penso que uma das questões que se põe, de facto, hoje, é a necessidade de encontrar alguns conceitos que nos permitam viver a diferença, respeitando a dignidade de todos, e, se possível, sem excesso de conflito. O conflito é inerente a todas as sociedades, mas às vezes o hiper-conflito leva às “identidades assassinas”, porque matam mesmo, e isso, nalguns contextos até na Europa, tem várias ilustrações dramáticas nos últimos anos.

E, portanto, nessa preocupação, eu acabo também com uma pequena história só para dizer que é uma questão que preocupa muita gente na Europa. Umberto Eco, e muitos pensadores italianos na mesma linha, interrogam sobre isso, porque eles dizem, aliás, talvez com excesso de pessimismo pelo menos na perspectiva dos Ministros da Administração Interna dos diversos países, que já não se pode usar a expressão “emigrante”, porque não se controla quem vem. Agora só se pode falar em migrantes porque se perdeu essa capacidade.

No meio disto tudo, temos que encontrar algum também cimento comum, sob pena de criarmos e, assim, de assistirmos a processos em grande escala do que foi a composição das formas de articulação nalguns países. Em alguns casos, que foram transformados em protectorados, hoje, as comunidades coexistem com a presença das forças militares. Ou como o Líbano, em que aquilo é um jogo muito complicado actualmente de equilíbrios entre as diversas comunidades.

O conceito de cidadania deve continuar a ser trabalhado, é um conceito que não vem apenas da Revolução Francesa. Uma vez, conversando com uma pessoa identificada com o pensamento de cidadania republicana francesa, o Jean Pierre Chévènement, em conversa em torno do conceito de cidadania, ele dizia que o que nos une não é a Revolução Francesa, é a cidadania romana.

Eu penso que de, facto, esta ideia que houve a partir de certa altura em Roma, e que Umberto Eco também saúda muito, de que, efectivamente, esta coisa de, independentemente do Paulo de Tarso ser de religião judaica e depois cristão e de não ser natural de Roma, (nasceu num daqueles territórios que tinham sido conquistados pelo Império Romano), apesar de tudo, um Paulo de Tarso pôde evocar a sua condição de cidadão romano para não ser julgado sumariamente e executado. De facto, quem fala de Paulo do Tarso, fala de muitos outros, mas é para dizer o seguinte: eu penso que isto, na altura, foi um avanço notável. Esta ideia de se poder ser cidadão mesmo com as limitações que tinha naturalmente a cidadania romana, e mesmo tendo como contrapartida os que estavam para além da cidadania romana, piores que extra-comunitários, mas mesmo com essas limitações foi o início de uma ideia, de uma abordagem não tribal, ultrapassando os laços de sangue e procurando criar um conceito base que permita realmente viver e conviver em conjunto em sociedades que são necessariamente complexas, com várias Deuses e várias culturas. Portanto, nós teremos que continuar a aprofundar, a meu ver, este conceito de cidadania.

Assim, damos por terminada esta primeira sessão. Queria agradecer a colaboração de todos e já agora deixem-me só transmitir um conceito que é relativamente novo, mas que eu já o ouvi há muito tempo ao Prof. Pedro da Cunha, e nunca mais vi isso em nenhum lado. Isto de multicultural tem sentido se houver uma cultura de fundo, uma realidade dinâmica. Eu penso que a noção que ele expressou de transcultura, e que me tem muito marcado, é muitíssimo importante.